

HABEAS CORPUS Nº 501.240 - SP (2019/0088681-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
IMPETRANTE : SILVIO CARLOS MARSIGLIA
ADVOGADO : SÍLVIO CARLOS MARSIGLIA - SP177859
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : M M S

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* preventivo, com pedido de liminar, impetrado por SILVIO CARLOS MARSIGLIA em favor de M. M. S., contra decisão do Desembargador Relator do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Beretta da Silveira, que indeferiu o pedido liminar no *habeas corpus* nº 2063090-84.2019.8.26.0000 ainda pendente de parecer do órgão ministerial na origem e de julgamento do mérito (e-STJ fls.).

Nas presentes razões, o impetrante afirma que o paciente sofre constrangimento ilegal resultante do possível cumprimento de mandado de prisão, diante da impossibilidade de pagar integralmente a pensão alimentícia fixada em sentença por se encontrar em estado de insolvência.

Ao final, requer seja expedido contramandado de prisão a seu favor (e-STJ fl. 14).

É o relatório.

DECIDO.

O *habeas corpus* não ultrapassa o juízo de admissibilidade.

É pacífico no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que o *habeas corpus* não é instrumento viável para reapreciar decisão singular de desembargador expedida em *habeas corpus*, sob pena de usurpação de instância:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM HABEAS CORPUS - EXPEDIENTE MANEJADO COM NÍTIDO E EXCLUSIVO INTUITO INFRINGENCIAL - RECEBIMENTO DO RECLAMO COMO AGRAVO REGIMENTAL - PRISÃO CIVIL DECRETADA EM SEDE DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - WRIT NO QUAL É QUESTIONADA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA POR DESEMBARGADOR DE TRIBUNAL DE JUSTIÇA - DESCABIMENTO - NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS - APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA SÚMULA N. 691 DO STF - DESPROVIMENTO.

I - Esta Corte não admite habeas corpus contra decisão monocrática de desembargador de Tribunal de Justiça, em conformidade com a Súmula n. 691/STF (HC n. 58.339/SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, 2ª Seção, DJU de 14/09/2006).

II - Agravo regimental desprovido" (EDcl no HC nº 199.099/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2011, DJe 14/10/2011 - grifou-se).

No mesmo sentido, citem-se os seguintes precedentes desta Corte: AgRg no HC nº 8.202/MG, relator Ministro Gilson Dipp, DJ de 17/2/1999; HC nº 34.134/PR, relator o Ministro Barros Monteiro, DJ de 27/9/2004; HC nº 163.172/SP, relator o Desembargador Convocado Paulo Furtado, DJe de 21/5/2010.

Não há, pois, como conhecer do *writ*.

Sob o mesmo prisma, conforme o entendimento sintetizado na Súmula nº 691 do Supremo Tribunal Federal, não cabe *habeas corpus* contra decisão que denega a liminar em outro *habeas corpus*, sob pena de indevida supressão de instância, salvo excepcionálíssimas hipóteses de ilegalidade manifesta ou abuso de poder, o que não é o caso dos autos. O processo de origem sequer foi totalmente instruído, nem mesmo o Ministério Público foi ouvido e a decisão objeto do presente *writ* desafiava recurso específico.

A propósito, cite-se o seguinte precedente:

"HABEAS CORPUS - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - WRIT IMPETRADO NESTA INSTÂNCIA SUPERIOR CONTRA O INDEFERIMENTO DE LIMINAR DE HABEAS CORPUS IMPETRADO NO TRIBUNAL DE ORIGEM - INADMISSIBILIDADE, EM REGRA - SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO 691 DO STF - INADIMPLÊNCIA DE DÉBITOS ALIMENTARES ATUAIS - PRISÃO CIVIL - LEGALIDADE - APLICABILIDADE DO VERBETE Nº 309/STJ - PENDÊNCIA DE AÇÃO REVISIONAL - CONTINUIDADE DA EXECUÇÃO BASEADA NO ART. 733 CPC - NECESSIDADE - ALEGADA JUSTIFICATIVA PELO NÃO PAGAMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA PELA VIA DO PRESENTE REMÉDIO HERÓICO - PAGAMENTO PARCIAL DO DÉBITO - NÃO ELISÃO DO DECRETO PRISIONAL - ORDEM DENEGADA" (HC nº 182.207/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/06/2011, DJe 29/06/2011).

Por outro lado, não se pode olvidar que a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que o *habeas corpus* não configura via adequada para o exame de aspectos probatórios com vistas ao afastamento de suposto ato ilegal de futura prisão por dívida alimentar.

Ressalte-se, por arremate, que as questões invocadas nesta seara especial deverão ser apreciadas nas instâncias judiciais competentes.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Brasília (DF), 29 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

